



Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Mensal

Vol. 7 No.4

Julho/Agosto 2007

Um momento decisivo na Rodada de Doha?

www.igt.org

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

- **A virada nas negociações na Rodada de Doha: a frustração da esperança.** Por Mariarosaria Iorio – Secretariado da IGTN, Escritório de Genebra.
- **América do Sul: Um passado em comum, quantos futuros diferentes?** Por Sebastián Fleitas, Rede de Gênero e Comércio da América Latina – LAGTN.
- **Fórum Social dos Estados Unidos: Conectando movimentos sociais e buscando alternativas sustentáveis.** Por Abiosseh Davis, da Rede de Gênero e Comércio dos EUA - USGTN, Parceiro do Projeto Global *Women's Project* com o Center of Concern.

GÊNERO E RECURSOS SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL

- **A Integração Sul-Americana: UNASUL e ALBA – processos de integração alternativos.** Por Graciela Rodriguez, Coordenadora Global da IGTN.
- **A Cidadania das Mulheres em relação à inclusão socioeconômica.** Por Liepollo Leborang Pheko, IGTN África/GENTA.
- **Governança global, os discursos internacionais sobre desenvolvimento e a formulação de políticas nacionais: destaque dos temas críticos.** Parte da série de ensaios da IGTN. Por Maria Rosaria Iorio, Secretariado da IGTN, oficina de Genebra.
- **Mulheres no mercado internacional e migração: examinando a provisão global dos serviços do cuidado.** Por Marina Durano, especialista sênior do programa do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); foi Coordenadora de pesquisa do IGTN-Ásia.
- **A IGTN no Fórum Público 2007 da Organização Mundial do Comércio - OMC!**

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

A VIRADA NAS NEGOCIAÇÕES NA RODADA DE DOHA: A FRUSTRAÇÃO DA ESPERANÇA.

Por Mariarosaria Iorio – Secretariado da IGTN, Escritório de Genebra.

Este artigo foi editado, leia na íntegra em: www.igt.org/page/757

I. CONTEXTO E PRÓXIMAS DATAS IMPORTANTES

Os esboços de modalidades de Agricultura (JOB 07/128) e do Acesso a Mercados Não Agrícolas - NAMA (sigla do termo em inglês) (JOB07/126) foram lançados em 17 de Julho de 2007 pelos respectivos presidentes, Embaixador Falconer pela Agricultura e Embaixador Stephenson por NAMA¹.

Esses textos visavam apresentar o *juízo* dos presidentes sobre aquilo que os Membros poderiam estar dispostos a entrar em acordo. São resultado de várias consultas formais e informais. Não são documentos finais. Os Membros não reagiram e aprofundar as revisões. Dentro desta perspectiva, foi realizada uma reunião informal sobre Agricultura em 24 de Julho, e outra sobre NAMA em 25 de Julho de 2007.

Não são textos negociados, não entraram em acordo. *Pretendem tão somente permitir que os Membros negociem em um nível mais concreto, intenso e específico.* Identificam áreas de possível convergência e áreas onde ainda há lacunas a serem preenchidas. Entretanto, continuam sendo apenas um passo a mais no processo. O mês de Agosto dará aos delegados a oportunidade de fazerem consultas e refletirem. Em Setembro

¹ Elementos desta nota refletem as discussões que vêm ocorrendo em algumas ONGs sediadas em Genebra.

(duas primeiras semanas)², as negociações estarão cobrindo uma pauta mais ampla, tendo o tema do desenvolvimento no seu cerne em acordo com os mandatos plenos de Doha, com a Decisão de Julho de 2004 e com a Declaração Ministerial de Hong Kong. Na reunião do Comitê de Negociações Comerciais realizada em 26 de Julho de 2007, Pascal Lamy observou que este é o *único caminho para um desfecho ambicioso, equilibrado e realmente voltado para o desenvolvimento para a Rodada de Doha*³.

Embora esses dois textos estreitem as diferenças em algumas das questões-chave, inclusive o apoio doméstico dos Estados Unidos e os cortes tarifários agrícolas, continuam existindo grandes brechas. O documento sobre Agricultura não inclui questões sobre os Produtos Especiais e ao Mecanismo Especial de Salvaguarda, assim como aos produtos tropicais e à erosão da preferência. Eles deixam de fora das modalidades os detalhes referentes a essas *questões candentes*. Isso não corresponde à demanda feita pelo grupo dos países Africanos, Caribenhos e do Pacífico – ACP (sigla do termo em inglês) de que todo esboço de modalidade sobre Agricultura seja uma modalidade plena.

Os dois textos não são equilibrados. Primeiro, o texto esboçado sobre agricultura não está de acordo com o de uma modalidade plena, diferentemente do texto sobre o NAMA. Está planejada mais uma revisão do texto para o *início de Setembro*, quando serão retomadas as negociações.

Enquanto o texto sobre Agricultura procura parcialmente atender as demandas dos países em desenvolvimento, o texto do NAMA continua exercendo pressão sobre eles com relação aos

cortes das tarifas industriais. Várias exceções à regra caracterizam ambos os textos. Essa postura pode acabar resultando no enfraquecimento dos agrupamentos de países em desenvolvimento. Assim, evoluindo através de uma categorização dos países em desenvolvimento. De fato, esses textos tendem a dividir os países em desenvolvimento de maior porte, como Brasil e Índia, dos demais países em desenvolvimento e outros com acesso mais recente.

As noções de que *todos os Membros devem contribuir* (NAMA) e que a *dor se espalha de forma razoavelmente equilibrada* (Agricultura) não levam em conta o fato de que os Membros não estão jogando de igual para igual. A *abordagem do tipo tamanho-único* ignora as diferenças entre os níveis de desenvolvimento dos países, ao mesmo tempo em que não garante o re-equilíbrio das regras existentes para o comércio. Nesse contexto, os países com níveis mais elevados de desenvolvimento econômico deveriam se engajar mais no processo de re-equilíbrio de forma a reduzir o desequilíbrio existente nas regras da Rodada Uruguai antes de exigirem mais concessões dos países em desenvolvimento.

Esses textos refletem as realidades das negociações e são um espelho do processo coletivo, declarou uma delegação. Os Membros não chegaram a um acordo quanto a uma metodologia para comparar ou medir o *equilíbrio no nível de ambição no NAMA com relação à Agricultura*. Esse vácuo levou o Presidente do NAMA a declarar que os Membros *deveriam concentrar seus esforços no sentido de melhorar a ambição noutros pontos em lugar de reduzi-la para todos em NAMA*.

II. QUESTÕES ESPECÍFICAS

Reações dos Membros aos esboços de modalidades sobre Agricultura

As chamadas Economias Pequenas e Vulneráveis, que representam mais da metade dos países em desenvolvimento, expressam satisfação geral com o texto. Entretanto, os Membros que, tal qual o Grupo de Cairns – grupos de países exportadores agrícolas tinham pedido elevado nível de ambição reduzindo barreiras à importação e apoio doméstico que distorce o comércio, acharam que o texto não era ambicioso o suficiente. O G-10 considerou o texto desequilibrado e exigente demais.

² O Presidente Crawford Falconer confirmou os planos anunciados na reunião sobre as negociações realizada em 24 de Julho. O Presidente vai realizar reuniões informais com todos os membros (Sessões Especiais informais em aberto) no dia 3 de setembro. Entre 4 e 21 de setembro, o Presidente vai manter consultas constantes, informais em vários formatos, inclusive algumas com cerca de 30 delegações representando todas as coalizões e interlocutores-chave nas negociações, começando na terça, quarta e sexta-feira da primeira semana. A programação exata será anunciada mais tarde, à medida que for se desenvolvendo o diálogo. O esboço de texto (observando-o, percebe-se que ele inclui escalada tarifária, quotas tarifárias, produtos especiais, o novo mecanismo especial de salvaguarda para os países em desenvolvimento, produtos tropicais e diversificação de produtos, erosão da preferência e algumas “outras questões”.

³ Discurso proferido por Pascal Lamy na reunião do CNC em 26 de julho de 2007.

A maioria das 51 delegações, representando os 79 Membros⁴ que tomaram a palavra, exigiu esclarecimentos quanto às questões de acesso a mercados. Mas o Presidente declarou que as diferenças entre os Membros ainda eram grandes demais para que se tenha um texto mais preciso.

O *Grupo de Cairns e os Estados Unidos* se concentraram primordialmente em várias flexibilidades que permitiriam aos países desviarem-se da fórmula, mas também pediram a imposição de tetos para baixar as tarifas mais elevadas. Embora tenham dito que o tratamento de produtos sensíveis era um passo na direção correta, queriam ver mais abertura de mercados.

O G-33 exigiu que alguns produtos especiais fossem totalmente isentados de cortes tarifários e que o Mecanismo de Salvaguarda Especial (tarifas temporariamente mais altas detonadas por quedas nos preços ou refluxos de importação) fosse usado mesmo no caso de uma subida das tarifas acima das taxas vinculadas da Rodada Uruguai. Os países menos desenvolvidos argumentaram que o tal mecanismo não deveria estar disponível somente em troca de liberalização (esses países são isentos de compromissos relativos a cortes tarifários, mas querem poder usar o mecanismo).

O G-10 declarou que a combinação da fórmula tarifária com as condições para flexibilidades adicionais era um preço alto demais a ser pago. Eles argumentaram que, como importadores líquidos de alimento, já pagariam o preço mais alto pela liberalização na agricultura.

No que tange o apoio doméstico, o Grupo de Cairns e vários países em desenvolvimento pediram cortes no apoio doméstico causador de distorções no comércio que levassem a reduções reais.

Os EUA reiteraram que os cortes propostos computariam reduções reais. A União Européia - UE e o Japão declararam que os cortes exigidos por outros Membros deveriam ser profundos. Estão dispostos a considerar que isso dependeria da disponibilidade de outros países a adotarem a mesma postura no acesso a mercados não-agrícolas, inclusive regras e serviços.

⁴ The EC represents 27 Members, plus itself as a custom union.

Vários países pediram disciplinas mais justas para a Caixa Verde⁵ de forma a assegurar que os apoios sejam verdadeiramente *verdes*. A UE declarou que as novas disciplinas não devem evitar que os países usem plenamente tal Caixa.

Várias falas ligaram o nível de ambição na Agricultura e em NAMA conforme prescrito no parágrafo 24 da Declaração de Hong Kong. Vários países em desenvolvimento pediram tetos para as altas tarifas agrícolas, pois, alegaram que a fórmula para NAMA impõe um teto às suas tarifas. A UE e o Japão também disseram que estão procurando um equilíbrio.

A UE e a Suíça exigiram resultados nas indicações geográficas. A UE também desejou extensão a todos os produtos do nível mais alto de proteção igual à concedida a vinhos e destilados bem como pelo registro multilateral para indicações geográficas para vinhos e destilados. [...]

Reações dos Membros aos esboços de Modalidades durante o NAMA

O NAMA 11⁶, o Grupo da África, os Países Menos Desenvolvidos e o ACP expressaram suas inquietações quanto ao texto do NAMA, destacando que o texto *exclui qualquer negociação de verdade*. O NAMA 11 também destacou que a postura do Presidente não facilita o engajamento dos Membros. No *parágrafo 15* do texto, e o limite de usar as flexibilidades do *parágrafo 8* à que já é fornecida nos parênteses, e assim excluindo as propostas do NAMA 11 para essas flexibilidades a serem negociadas adiante. O esboço de texto muda o que já se tornou o princípio da Rodada Doha, que a Agricultura deve levar a ambição da Rodada Doha, com os países em desenvolvimento fazendo as maiores reformas em suas políticas causadoras de distorções no comércio. O texto, porém, faz os países em desenvolvimento pagarem primeiro nas

⁵ Apoios domésticos permitidos dentro do Acordo sobre Agricultura.

⁶ O NAMA 11 foi criado depois que os países desenvolvidos se fecharam em torno da fórmula em outubro de 2005 e propuseram um desfecho injusto que teria exigido dos países em desenvolvimento um corte nas suas tarifas médias na faixa de 65-70% enquanto os países desenvolvidos só cortariam suas tarifas médias em 25% (Suíça 10 para os desenvolvidos e 15 para os em desenvolvimento). Os países desenvolvidos preferiram se fechar. Questionamos os países desenvolvidos para que expressassem visões diferentes acerca da fórmula. Isso resume parcialmente a declaração do NAMA 11 na reunião de 25 de julho.

negociações do NAMA e exige que eles façam cortes severos em suas tarifas industriais.

Em termos gerais, os Membros expressaram sua inquietação com a tentativa de mudar uma das pedras fundamentais do mandato de desenvolvimento, tirando a atenção da Agricultura como pilar central da Rodada de Doha.

O NAMA 11 também expressou inquietação com os países do parágrafo 6 da Declaração de Doha e referiu-se aos parágrafos 26, 27 e 28 do texto como onerosos demais e não coerentes com as necessidades de desenvolvimento desses países. Semelhantemente, as médias propostas para os países que compõem o grupo das Economias Pequenas e Vulneráveis são desproporcionais e descabidas para os seus níveis de desenvolvimento. [...]

III. Comentários finais

Dada a evolução das negociações sobre a Agricultura, e o fato de que as posições dos Membros, com o tempo, deixaram de ser de uma forte oposição aos *Documentos de Desafios* pelo Presidente das negociações sobre Agricultura, e passaram a ser uma abertura para se engajar nas negociações com base no texto de 17 de Julho de 2007, pode-se prever uma evolução semelhante no texto de NAMA. Esta reversão é particularmente preocupante quando colocada no contexto de um escopo mais amplo das negociações de forma a buscar a plena reciprocidade em setores além do NAMA e quando ligada ao debate sobre a "Ajuda para o Comércio" e em relação à evolução potencial do processo de negociação em regras e serviços.

Milhões de pessoas nos países em desenvolvimento têm grandes expectativas para o desfecho desta Rodada no que tange ao desenvolvimento. Um acordo equilibrado é muito mais importante para restabelecer a credibilidade do sistema de comércio multilateral e de suas promessas de desenvolvimento.

O mundo não pode arcar com uma maior desigualdade entre os ricos e os pobres advinda de desemprego em massa e da desindustrialização dos países em desenvolvimento; estes se sentem cada vez mais excluídos dos benefícios oriundos dos fluxos globais de comércio. As necessidades dos países em desenvolvimento precisam ser mais bem refletidas nas regras do comércio internacional, bem como nos compromissos resultantes de um

desfecho potencial da Agenda do Desenvolvimento de Doha. As expectativas e esperanças quanto aos benefícios da Rodada Uruguaí foram malogradas. Isso não pode tornar a acontecer novamente!

Este artigo foi editado, para ler na íntegra em português: www.igtn.org/page/757; e para ter acesso à versão original em inglês: www.igtn.org/page/741

AMERICA DO SUL: UM PASSADO EM COMUM, QUANTOS FUTUROS? Por Sebastián Fleitas, LAGTN, agosto de 2007.

O primeiro semestre de 2007 trouxe muitas novidades para a América do Sul com relação aos diferentes processos e lógicas de integração e inserção internacional, que coexistem e se complementam entre e dentro dos países da região.

Comunidade Andina de Nações (CAN)

A CAN, formada por Bolívia, Equador, Colômbia e Peru, teve a saída da Venezuela no ano passado, provocada por divergências. Entre os motivos, estão devido a estratégias tomadas pela Colômbia e Peru que desagradaram aos demais membros do bloco.

Além de Tratados de Livre Comércio que estavam em processo de negociação com os Estados Unidos, a Colômbia e o Peru haviam iniciado negociações comerciais com a Associação Européia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça). Por outro lado, o governo da Bolívia vem desenvolvendo uma agenda que se opõe aos princípios do livre comércio, sendo este país parte inclusive da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), que é o projeto de integração impulsionado pelo governo da Venezuela do qual também fazem parte Cuba e Nicarágua. O governo do Equador também demonstra simpatia para com o governo da Venezuela e com algumas de suas propostas, apesar de se comprometer menos com a causa bolivariana.

Neste contexto, as negociações entre a União Européia (UE) e a CAN, iniciadas em Julho, representam uma questão de elevado conflito. As declarações do presidente da Bolívia, Evo Morales, de que se recusaria a assinar o futuro acordo, elevou o clima de tensão já existente no bloco. Mais tarde, os países, chegaram a um consenso que resultou em uma resolução da CAN reconhecendo que as assimetrias entre os países

e também do bloco com a União Européia devem ser levadas em consideração durante as negociações (Decisão 667). No entanto, as diferenças entre as estratégias adotadas pelos diferentes países do bloco estão mais do que evidentes e, certamente, serão observadas nos próximos meses.

Por outro lado, em Junho, o Chile passou a fazer parte da CAN como membro associado. O país foi um dos membros fundadores deste bloco em 1969, mas em 1976 abandonou a comunidade. A reintegração chilena à CAN, entre outros aspectos sociais e econômicos de desenvolvimento, foi interpretada como uma possibilidade de incrementar as negociações com a União Européia, devido à experiência chilena.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUR)

Para o MERCOSUL, o ano de 2007 começou com um debate (ainda em andamento) imposto pelos seus membros menores sobre as assimetrias internas. Paraguai e Uruguai manifestaram insatisfação com relação à inoperância do bloco a esse respeito, considerando que eles têm sido os mais prejudicados. Brasil e Argentina, membros mais fortes, demonstraram relativa receptividade com as reclamações e, no início do ano, foram aprovados os primeiros projetos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) criado para reduzir as assimetrias entre os países.

No entanto, o processo de incorporação da Venezuela tem sido um dos temas de maior complexidade já discutidos pelos membros do MERCOSUL. O processo começou em Dezembro de 2005 e ainda não terminou. Para ser incorporada ao MERCOSUL, a Venezuela deve tornar suas normas comerciais e políticas compatíveis com as do bloco e, dadas as diferenças já existentes entre os membros e com relação à própria Venezuela, o processo promete ser definitivamente complicado. Além disso, e tomando o exemplo da não renovação da concessão de um canal de televisão privado na Venezuela (RCTV), os parlamentares do Paraguai e do Brasil mostraram-se relutantes com a futura entrada da Venezuela como membro pleno do bloco. O mês de julho foi marcado por declarações cruzadas do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, depois da Cúpula realizada em Assunção, no Paraguai, em junho, da qual Chávez não participou. Ao saber da reação

negativa do parlamento brasileiro, Chávez afirmou: "Não estamos desesperados para ingressar em um velho MERCOSUL que não quer mudanças. Se não nos querem no MERCOSUL, isso não é um problema. Sou capaz na verdade de retirar o nosso pedido." Chávez também ameaçou desistir do MERCOSUL caso os parlamentos do Brasil e do Uruguai não aprovassem o pedido de ingresso em três meses. Lula respondeu as declarações aclarando que se existem regras para se entrar no bloco não existem regras para não entrar no bloco.

Em outra perspectiva, durante o primeiro semestre uma aliança estratégica foi feita entre a União Européia e o Brasil. Além de tratarem de temas prioritários, como os biocombustíveis, a UE manifestou interesse em avançar nas negociações comerciais com o MERCOSUL. Por último, desde Maio o parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) está em funcionamento, o que apresenta uma rica agenda sobre temas de integração.

E América do Sul como um todo?

Em Abril deste ano, durante a Cúpula Energética Sul-americana, na Venezuela, foi criada a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), com o objetivo de concentrar e administrar esforços para a integração da América Latina. Essa união é formada por doze países membros latino-americanos: os países que conformam atualmente a CAN e o MERCOSUL, Chile, Suriname e Guiana. Na prática, esses países ainda estão dialogando para criar um projeto legal que viabilize a UNASUL, herdeira da Comunidade Sul-Americana de Nações - CSN.

Outros processos de integração, tais como o Banco do Sul e os projetos de infraestrutura física e energética, também estão em discussão. Porém, a maioria desses projetos encontra dificuldades de se consolidar. O Banco do Sul avança em relação a seus objetivos e sobre a integração de capital, ainda que venha sendo adiado seu lançamento esperado para acontecer até o fim do corrente ano. Neste contexto, no dia 31 de Julho, um grupo de trabalho se reuniu em Caracas, Venezuela, para adiantar os detalhes técnicos para a criação do banco. Participaram deste encontro Argentina, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, e o Chile como observador.

E do ponto de vista da sociedade civil...

Apesar dos progressos no âmbito da integração, discrepâncias estratégicas e táticas ainda persistem entre os países. Por essa razão, torna-se necessário que a sociedade civil continue monitorando a realidade da América do Sul e contribuindo em múltiplas tarefas no processo de integração. No entanto, para isso é importante que sejam aprofundados os diagnósticos sobre as problemáticas em cada âmbito, entendendo a lógica de cada caso e as correlações de força que provocam e sustentam esses problemas. É preciso também avançar na formulação de propostas concretas para alcançar os objetivos. Sem dúvida, a qualidade de vida que esses países podem oferecer aos seus cidadãos e suas cidadãs dependerá das resoluções que nós, sul-americanos daremos, entre os vários temas importantes de desenvolvimento, sobre os assuntos de inserção e integração internacional, de suas lógicas e conteúdos.

Artigo disponível também em inglês no endereço eletrônico: www.igtn.org/page/743, A versão em espanhol/original está disponível em: www.igtn.org/page/759

FÓRUM SOCIAL DOS ESTADOS UNIDOS: CONECTANDO MOVIMENTOS SOCIAIS E BUSCANDO ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS.

Por Abiosseh Davis, Center of Concern/COC, ponto focal da IGTN nos EUA; Agosto de 2007.

O primeiro Fórum Social estadunidense, realizado em Atlanta, Geórgia, entre os dias 27 de Junho a primeiro de Julho, marcou um novo começo, tanto do ponto de vista pessoal quanto para a sociedade deste país. Foi no Fórum que comecei a trabalhar no Center of Concern. Foi também onde comecei minha primeira grande aventura como integrante das redes de economia e justiça social nos Estados Unidos.

A experiência também serviu como um divisor de águas para aqueles que trabalham na área social, nos EUA, visto que foi o primeiro encontro nacional que de ativistas, jovens e líderes comunitários participantes do Fórum Social Mundial. Já haviam ocorrido fóruns municipais e regionais dessa natureza, mas o Fórum Social de Atlanta foi o primeiro a ultrapassar as barreiras regionais e estaduais, a reunir aqueles motivados pelo desejo de mudança social no país e no resto do mundo.

O Fórum Social foi um espaço para que os participantes pudessem aumentar o nível de

consciência sobre variados temas, desde imigração a direitos reprodutivos, discutimos assuntos como mudança climática, gentrificação, saúde, condições de trabalho injustas, impactos negativos dos tratados de livre comércio, políticas de imigração, guerra e discriminação. Muitos dos debates enfatizaram que as desigualdades e os conflitos presentes nos Estados Unidos resultam de múltiplas formas de discriminação baseadas na raça, posição ideológica, gênero, classe social, nível educacional, país de origem, acesso a recursos e ao poder, e orientação sexual. Ao mesmo tempo, o Fórum Social foi uma veia a mais ajudando a bombear a rede e uma incubadora de políticas alternativas e novos movimentos – como, por exemplo, o dos empregados domésticos que criaram um sindicato durante o Fórum.

Durante o evento, o COC promoveu duas oficinas, conjuntamente com os parceiros da USGTN (*American Friends Service Committee, Center for Community Action, Center for Integrating Research and Action*), e outros movimentos e organizações (*Delmarva Community Alliance, Fuerza Unida, Inmigrantes Latinos en Acción, Sociologists for Women in Society*). Os temas foram gênero e economia justa nos Estados Unidos. A oficina “*Quando o Emprego Desaparece: Analisando o impacto das migrações de homens e mulheres e famílias*”, trouxe representantes dessas organizações para que apresentassem relações entre as políticas neoliberais (ex: Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e o aumento da insegurança no trabalho e a migração.

Foram ressaltados os impactos dos tratados de livre comércio nas famílias do outro lado da fronteira, cujas comunidades enfrentaram vulnerabilidade devido à liberalização dos mercados financeiros e de bens, acarretando na diminuição da oferta de emprego - deixando os trabalhadores e suas famílias com poucas opções, obrigando muitos a abandonar suas casas para buscar trabalho em outro lugar. As apresentações suscitaram intensas discussões entre os participantes, fazendo-os aprofundar sobre as diferentes faces da migração – que incluem não apenas a perda de renda, como também a desestruturação das famílias, dividindo-as quando um dos membros parte para buscar emprego; a vulnerabilidade de viver e trabalhar ilegalmente e a insegurança pela falta de direitos e garantias no emprego.

A segunda oficina intitulado “*Criando e Mantendo Postos de Trabalho: Perspectivas das Mulheres sobre alternativas de sobrevivência digna*”, permitiu que membros da *Fuerza Unida* apresentassem suas experiências em relação aos impactos da globalização e da atual política de mercado dos EUA que visa abrir os mercados de economias em desenvolvimento em todo o mundo. O debate começou com um breve apanhado histórico do modelo econômico neoliberal e a descrição do modelo de economia feminista e suas críticas ao outro modelo hegemônico. A *Fuerza Unida* entende que a perda de emprego, a falta de assistência social adequada para ajudar na repentina perda de renda e a necessidade de se criar mecanismos que possibilitassem as mulheres sustentar suas famílias acabaram encorajando a criação de movimentos e organizações de mulheres que reivindicam e protestam por direitos. Como exemplo de lutas: busca de compensações por parte da fábrica Levi Strauss e de outras indústrias têxteis, na época, que comprometiam a sobrevivência de seus trabalhadores/as em nome da chamada economia eficiente. Exemplos similares vieram junto com a criação da NAFTA – Área de Livre Comércio da América do Norte, como a comunidade *Robinson County*, na Carolina do Norte, que também viveu a perda de postos de trabalho e falta de oportunidades. No final da oficina, a *Fuerza Unida* descreveu a evolução da sua organização que passou de uma entidade de protesto para uma de criação de opções alternativas de sobrevivência, oportunidades educacionais e serviços para membros vulneráveis da comunidade. No caso da comunidade *Robinson County*, as mulheres utilizaram a experiência adquirida para transferir coletivamente suas habilidades, e lograram em conseguir empregos mais vantajosos em outras áreas.

Fiquei impressionada não apenas com as oficinas do COC, mas também com a forte participação do público e com a energia do Fórum em si. Muitos participantes eram jovens e a forma como se debruçaram sobre seus assuntos de interesse foi impressionante e estimulante. As oficinas foram um reflexo de um dos mais importantes temas do Fórum: reunir com trabalho com questões sociais nos EUA e encorajar a discussão e o desenvolvimento de alternativas para a atual conjuntura.

Assim como a *Fuerza Unida* e as mulheres da *Robinson County* conseguiram se organizar para transformar seu sofrimento em formas alternativas de sobrevivência e prosperidade, muitos outros grupos puderam compartilhar essas experiências pessoais na criação de soluções para os problemas da comunidade (ex: criar movimentos para lutar contra a dependência de determinadas corporações alimentícias ou desenvolver outras fontes de mídia para combater as representações estereotipadas de raça, gênero e orientação sexual).

Todas as tardes aconteciam palestras e debates que reuniam vozes diversas para falar de temas críticos (justiça no trabalho, militarismo, reconstrução da Costa do Golfo etc). Fiquei particularmente impressionada com a palestra: “*Gênero e Sexualidade: Integrando Justiça Sexual e de Gênero em Nossos Movimentos*” na qual os apresentadores colocaram o foco no papel da estrutura “heteropatriarcal” como fonte de discriminação e na necessidade de se reunir esforços dos imigrantes, das minorias, das comunidades GLBT, das mulheres e comunidades fisicamente, socialmente e economicamente prejudicadas. Essa discussão enfatizou o lema do Fórum “Um outro mundo é possível. outra América é necessária.” Ao fim do Fórum, fui embora com a convicção de que, sim, outro mundo é possível se houver confiança generalizada os defensores de justiça social dentro e fora dos EUA que trabalham juntos reunindo esforços e criando alternativas para garantir a construção desse novo mundo. Já havia sido inspirada por movimentos de mulheres nacionais e mundiais durante meus estudos na universidade de Sussex no programa de Gênero e Desenvolvimento. E foi emocionante ter sido parte de um novo movimento. À espera de “Um Novo Mundo”, sinto-me orgulhosa com a oportunidade de poder batalhar por justiça social e econômica no meu trabalho no COC e também através da colaboração de redes como a IGTN.

U.S. Social Forum: www.ussf2007.org
Center of Concern: www.coc.org
American Friends Service Committee: www.afsc.org
Center for Community Action: www.povertyeast.org/jobs
Center for Integrating Research and Action: www.cira-unc.org
Fuerza Unida: fuerzaunida.freesevers.com
Inmigrantes Latinos en Acción: www.organizate.org
Sociologists for Women in Society: www.socwomen.org

Artigo disponível no original/inglês em: www.igtn.org/page/756

GÊNERO E RECURSOS SOBRE COMÉRCIO INTERNACIONAL

A Integração Sul-Americana: UNASUL e ALBA – processos de integração alternativos. Por Graciela Rodriguez, Coordenadora Global da IGTN; Julho/07.

Este artigo traz um estudo sobre as atuais iniciativas alternativas na América do Sul em resposta ao modelo de integração neoliberal, em especial, sobre a Alternativa Bolivariana para as Américas – ALBA e a União das Nações Sul-Americanas - UNASUL, anteriormente conhecida por Comunidade Sul-Americana de Nações.

Versão em espanhol em: www.igtan.org/page/734; em inglês: www.igtan.org/page/749, e português: www.igtan.org/page/748

A cidadania das mulheres em relação à inclusão socioeconômica. Por Liepollo Leborang Pheko, IGTA África/GENTA.

A autora argumenta que o conceito de Governança deve estar voltado para uma abordagem dos direitos, que às vezes apresenta desigualdades na atribuição de direitos com um caráter universalista que negligencia necessidades e pontos de vista de pessoas que não são brancas, não são homens, não de classe média, não têm ensino superior, não têm emprego e não são urbanas. Disponível: www.igtan.org/page/737



A governança global, os discursos internacionais sobre desenvolvimento e a formulação de políticas nacionais: destaque dos temas críticos. Por

Maria Rosaria Iorio, Rio de Janeiro:

Instituto Equit, Junho de 2007. ISBN: 978-85-60794-10-2

O estudo aponta para a falta de coerência nos discursos de desenvolvimento apresentados pelas organizações internacionais que influenciam nas políticas nacionais, mais especificamente as instituições de *Bretton Woods*, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, as Nações Unidas e suas agências especializadas.

Apresenta alguns dos temas críticos relacionados à formulação de políticas nacionais.

Disponível em inglês e espanhol! Para acessar todos os números da Série “Documentos de Trabalho da IGTA” clique em www.igtan.org/page/bulletins. Também é possível requisitá-los por correio através do correio eletrônico secretariat@igtan.org.

Mulheres no Comércio Internacional e Migração: Examinando a Provisão Global de Serviços de Cuidado. Publicado pela UNESCAP

em 2005, por Marina Durano, especialista sênior do programa do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM); Coordenadora de pesquisa do IGTA-Ásia.

A provisão de serviços de cuidado como uma atividade econômica não recebe a atenção merecida nos círculos de políticas de desenvolvimento. Esses serviços se encontram em uma esfera incerta que é tanto pública quanto privada, formal quanto informal, regulamentada quanto não-regulamentada, documentada quanto não-documentada, remunerada quanto gratuita. A questão se torna ainda mais complexa quando a provisão desses serviços ultrapassa as fronteiras internacionais. O ensaio explora essas complexidades comumente vividas na região do Pacífico-Asiático.

O texto encontra-se disponível em: www.igtan.org/page/738

Boletim da LAGTA: informações em boletinigtan@adinet.com.uy

A IGTA no Fórum Público 2007 da OMC!

A IGTA fará uma apresentação e debate sobre um dos maiores desafios que os países em desenvolvimento vêm enfrentando para alcançar políticas de desenvolvimento coerentes e igualitárias em nível nacional, ao mesmo tempo em que se estes se deparam com modelos contraditórios e inconsistentes de desenvolvimento criados por determinadas organizações internacionais. O evento acontecerá na sede da OMC, em Genebra, no dia 4 de outubro, Sessão 12, sala B, às 16.15h.

Mais informações em www.wto.org; ou maria.rosaria@igtan.org

Para se cadastrar e receber o Boletim da IGTA/Pedir cancelamento do Boletim da IGTA:
https://list.skbrasil.net/listinfo/igtan_boletim
Boletins Anteriores: www.igtan.org/page/bulletins

Secretariado da IGTA
Rua da Lapa, 180 salas 908/909 - Lapa
20.021-180 Rio de Janeiro/RJ – BRASIL
Telefax: 55 21 2221-1182 / 2215-9510
Escritório da IGTA em Genebra
Mariasosaria Iorio; maria.rosaria@igtan.org
Tel: 41-22-320-6889 Fax: 41-22-321-2753

Boletim editado por Ruth ES de Mello, Secretariado da IGTA